

Transformações no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital: apontamentos iniciais.

Debate o discusión en teoría social

Grupos de trabajo:18- Reestuturação produtiva, trabalho e dominação social

Rita de Cássia Amorim Carneiro*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea, a partir da reestruturação produtiva tendo como foco o toyotismo, como novo modelo organização de produção. O intuito é pontuar as mudanças nas relações de trabalho, nos mecanismos de exploração e de controle do trabalho na contemporaneidade. Percebe-se que, as formas atuais estão dissimuladas por alguns mecanismos de coerção, concentrando mais nos de consenso sobre o trabalhador, camuflando a exploração do trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho, reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho.

INTRODUÇÃO

A Sociedade Contemporânea é permeada pelos processos da chamada “globalização”. Particularmente, a reestruturação produtiva¹ tem desencadeado o fenômeno da vulnerabilidade do trabalho, apresentado pelo desemprego estrutural e a precarização do trabalho. Este fenômeno tem como consequências: precárias condições de vida para a população de modo geral, que para sobreviver se submetem a determinadas formas desumanas de trabalho, tendo a sua força de trabalho superexplorada e sendo desrespeitadas nos seus direitos e conquistas trabalhistas.

O processo de transformação das forças produtivas, na atualidade, acomete aos que precisam vender sua força de trabalho a submissão às mais diversas formas de explorações na contemporaneidade. O processo de controle, por parte do capital, sobre o processo de trabalho tem assumido historicamente várias formas, a partir das necessidades colocadas pela própria acumulação do capital e pela dinâmica dos conflitos sociais. O avanço tecnológico, contrariamente, colocou novos problemas sem ter solucionado os antigos, a falta do pleno emprego, precarização, flexibilização das relações trabalhistas e a não melhoria das condições de vida da população. É o que veremos a seguir.

I- TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.

O pensamento marxiano tem como premissa que o homem existe e a partir das suas necessidades precisa transformar constantemente a natureza. Compreendemos que o trabalho é a categoria fundante da vida social, pois através do intercâmbio com a natureza os homens produzem os

¹ Reestruturação produtiva constitui-se de um conjunto de mudanças no mundo da produção e na organização do trabalho, que objetiva enfrentar a Lei da queda tendencial da taxa de lucro no capitalismo, bem como resistir às pressões do movimento operário insatisfeito com o processo de degradação de suas condições de trabalho, em função de seu caráter opressivo, alienante e desqualificante.

*Mestranda em Serviço Social, Graduada em Serviço Social em Universidade Federal de Alagoas

instrumentos e os meios de subsistência necessários à sua reprodução. Apresenta a determinação ontológica mais decisiva do ser social, na medida em que modifica o mundo natural e os homens transformam a si mesmos, resultando na criação contínua de novas possibilidades e necessidades.

Por conseguinte,

O trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência, sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica, decisiva do ser social, qual seja a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais tanto objetivas quanto subjetivas (LESSA, 2011, p. 142).

Neste trabalho pontuaremos também o mais complexo e contraditório modo de produção vivenciado na história, capaz de proporcionar vários avanços e desenvolvimento na mesma proporção em que desumaniza as relações sociais e precariza o trabalho: o modo de produção capitalista. Cada formação sócio-histórica terá uma forma de trabalho como sua base, uma vez que o trabalho é produtor de valor de uso necessário para a existência humana como afirma Marx (1996). A forma de organização dos homens para a transformação da natureza se transforma, porém a existência da mesma é imprescindível.

A sociedade burguesa, diferentemente das anteriores, se apresenta com um grande avanço do desenvolvimento das forças produtivas, oportunizando a quebra das barreiras naturais, isto é, o homem passou a dominar à natureza, sendo o construtor de sua historicidade. A sociabilidade burguesa se encontra sob as rédeas do trabalho abstrato². No capitalismo, a reprodução do capital se efetiva através da mais-valia(é o excedente econômico apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro), dessa maneira como ao capitalista só interessa o lucro, ele o busca incessantemente por meio de todas as atividades humanas. Nesse, o trabalho ganha o valor de simples mercadoria, obrigando ao trabalhador o afastamento do produto de seu trabalho. No capitalismo está posta a regência do trabalho abstrato, já que implica a subordinação forçada do trabalhador às necessidades da reprodução do capital. A produção capitalista se funda sobre o trabalho assalariado.

Nesse processo permanecem a mercadoria e a mais-valia como também as classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Resultando, através do trabalho, o processo de criação de valor, que ocorre no tempo de trabalho necessário e na valorização do capital por meio do trabalho excedente.

O capitalismo carrega uma série de contradições, algumas têm relação com o mundo do trabalho. Porque da mesma forma que o trabalho é a fonte de humanização, sob a lógica do capital se torna degradado, estranhado alienado. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender as necessidades do capital. Sob o capitalismo, explicou Marx, o trabalhador decai à condição de mercadoria e a sua miséria está na razão inversa da magnitude de sua produção.

A partir do momento em que o trabalho, produzido como trabalho abstrato, passa à meio de produção de mercadorias e acumulação de riqueza/capital, sua força foi apropriada como mercadoria,

² Na sociedade capitalista, o processo de trabalho apresenta um componente histórico particular, em virtude de o capital necessitar subsumi-lo, com a pretensão de extrair o máximo de excedente da atividade do trabalhador, constituindo o trabalho abstrato.

uma vez que foram tirados do trabalhador todos os seus meios de trabalho e estes se viram obrigados a vender o único bem que dispunham: a sua força de trabalho. Nesse sentido, Ferreira(1992, p.36)”[...]o capitalismo reproduz as suas próprias condições de existência: a forma mercadoria dos produtos do trabalho, a força de trabalho como mercadoria.”.

É importante ressaltar que para Marx, o valor de uso é produzido por um tipo de trabalho, o trabalho concreto, e o valor de troca refere-se ao trabalho abstrato. Este subordina o trabalho útil porque, grosso modo, quando as mercadorias são trocadas, o trabalho útil torna-se portador do valor de troca, uma vez que interessa ao mercado o valor propriamente dito que o trabalho abstrato produz; que por definição, é imanente à mercadoria. Diante do trabalho abstrato, todos os trabalhos se equivalem, pois expressa o quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria.

Para Marx, portanto, a mercadoria encerra “duplo caráter”: valor de uso e valor de troca (“forma natural e forma de valor”). É esse comando da criatura sobre o criador, que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”, e que predomina na sociedade capitalista. Entende-se que no capitalismo, a relação entre capital e trabalho, é uma relação de exploração em que a força de trabalho é transformada em mercadoria, e sob a forma de trabalho abstrato produz a riqueza essencial para este modo de acumulação.

É só através desse mecanismo que o capital consegue ter o controle total sobre o trabalho, subordinando-o.

Pode-se dizer com isso que numa sociedade subordinada aos imperativos do capital e da *alienação*, quanto mais os avanços científicos progredirem, e as inovações técnicas que possibilitam a economia de trabalho necessário avançam, o trabalhador torna-se proporcionalmente peça cada vez mais subordinada dentro da engrenagem da grande indústria, se subsumindo ao capital.

Percebe-se que o controle é inerente ao capitalismo e como ao longo da história se renova para garantir a subordinação do trabalho ao capital, atingindo de forma direta aos processos de trabalho e a objetividade e subjetividade da reprodução do trabalho. Veremos como Souza (2011) situa o controle, especificamente no modelo toyotista de produção.

As formas de controle de traço persuasivo, consensual, passam a ser utilizadas com mais intensidade a partir do modelo japonês (toyotista) (parênteses nosso). Limita-se o uso de formas de controle coercitivas baseadas no domínio dos tempos e movimentos e nas políticas proibicistas- contra os abusos sexuais, contra o alcoolismo, contra o absentéismo- próprias do fordismo....O medo e a compulsão aparentemente cederam lugar à motivação ao trabalho em grupo à autonomia, à criatividade, que marcam as formas de controle persuasivas na nova gestão. (SOUZA, 2011, p. 27).

O controle sobre o processo de trabalho, conforme Carneiro (2005), se dá nos modos de disciplinamento da força de trabalho, de fragmentação do saber operário e de desqualificação profissional. Estas implicações acarretam direta e materialmente as condições da produção capitalista, da reprodução da força de trabalho e, de forma subjetiva, as relações que resultam do processo de trabalho.

A reação do capital ao ciclo depressivo pelo qual passou no início da década de 1970 promoveu diferentes modificações no mundo do trabalho³ e condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo.

³ O *mundo do trabalho* se constitui da estrutura e organização do trabalho – ou seja, suas regulamentações através de Leis, suas divisões de gêneros, o padrão de produção, organização nos locais de trabalho, forma de organização sindical dos

Na atualidade, o novo modelo de produção, para atender os objetivos prementes do capitalismo, mudanças ocorreram que implicaram alterações nos processos de trabalho e que determinaram o surgimento de várias formas de controle e de exploração da força de trabalho e mais ainda, as relações de trabalho. Diante disto, constata-se que decididamente, a reestruturação do modo de produção foi fundamental nesse processo, como veremos a seguir.

2. Reestruturação Produtiva e as transformações no mundo do trabalho

Nos finais dos anos 1960 e início de 1970, o regime fordista apresentou sinais de esgotamento, fruto de uma nova crise do capital, que abala as certezas até então vigentes e altera substancialmente a materialidade e a subjetividade daqueles que vivem do trabalho. A crise instalada devido , além de uma série de outros fatores, ao modelo de produção fordista propiciou inúmeras transformações, dentre estas, o modelo de produção toyotista⁴, atrelado a reestruturação produtiva do capital, sendo um de seus aspectos, a precarização com a desregulamentação do uso da força de trabalho.

Com a crise do modelo de acumulação fordista, de acordo com alguns teóricos da economia política, assiste-se, a partir de então lutas operárias contestando a organização do trabalho, reivindicações de salários reais acima dos ganhos de produtividade, a crise fiscal do Estado, instabilidade financeira, inflação etc., tudo isso cortou o círculo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento social, jogando a economia em uma crise estrutural, que se arrasta até os dias de hoje.

A partir desta crise criaram-se as condições favoráveis para o processo de reestruturação produtiva, que se caracteriza por uma produção flexível em que se substitui a estrutura verticalizada com suas redes burocráticas e com grandes custos de pessoal por uma estrutura mais enxuta capaz de responder aos movimentos de mudanças na composição da demanda. Desse modo, ganha destaque o novo modelo de organização da produção, expresso pelo toyotismo, priorizando experiências ligadas à flexibilização da produção e dos processos de trabalho que dinamizam o mercado mundial com enorme salto tecnológico, expresso na automação, na robótica e na microeletrônica. Essas modificações ocasionaram mudanças significativas no campo das profissões e a todos os trabalhadores, tanto pela instabilidade econômica (capacidade de colocar-se no mercado de trabalho) quanto pelas mudanças dos processos produtivos. Uma vez que, a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical.

O novo paradigma produtivo, o toyotismo, apresenta três grandes características: inovações tecnológicas trazidas pela informática, pela microeletrônica e pela descoberta de novos materiais, que possibilitaram um grande aumento da produtividade, ocasionando substituição da força de trabalho, trabalho vivo, intensificando o ritmo produção; uma maior flexibilidade dos processos produtivos; mudança das relações empresariais, na qual se dissemina a prática da terceirização, que consiste na tentativa de concentrar esforços naquelas atividades sobre as quais a empresa detém evidentes vantagens competitivas, desmembrando parte de suas outras atividades, e passando a adquirir serviços e insumos de outras empresas, sejam estas nacionais ou não.

E, a terceira característica refere-se ao advento de novos processos organizacionais na produção e no trabalho interno das empresas que objetivam, fundamentalmente, o aumento da eficiência e eficácia. Para isso, tem-se procurado diminuir o número de níveis hierárquicos como forma de agilizar

trabalhadores (atividade sindical), a composição da classe trabalhadora, as mudanças organizacionais e tecnológicos e nas formas de gestão.

⁴ O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe(GOUNET, 1999, p. 33).

a tomada de decisões por meio, principalmente, de uma maior coordenação interna entre as várias áreas e departamentos (o que nem sempre ocorre).

A reestruturação produtiva no Brasil teve suas especificidades que segundo Souza(2011) pode ser assim observada

A peculiaridade da reestruturação produtiva nos países periféricos, em particular o Brasil, está assentada em dois processos: primeiro, inserir-se de forma dependente na reestruturação capitalista, acompanhando o padrão da concorrência internacional; e segundo, operacionalizar, ao mesmo tempo, padrões diversos de organização da atividade produtiva, o que caracteriza a dinâmica complexa de um processo de industrialização(SOUZA, 2011, p.124).

Em contraposição ao taylorismo / fordismo, esse novo modelo, caracteriza-se pela produção vinculada à demanda, variada e bastante heterogênea; fundamenta-se no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções; pelos programas de gerenciamento pela qualidade total; tem como princípio o *just in time*⁵ e funciona segundo o sistema *kan ban*⁶; a produção é horizontalizada, ou seja, é transferida à terceiros parte do que anteriormente era produzido no interior da fábrica; e implementa novas formas de pagamento capazes de promover a emulação do trabalho. Se, anteriormente, na organização fordista de produção, as empresas produziam sem se preocupar com a demanda de mercado, a partir de então as empresas procuram planejar a venda de suas mercadorias, de tal modo que elas possam ser vendidas no momento em que são produzidas.

Podemos dizer que: “As transformações do trabalho nas últimas décadas podem ser sintetizadas nos processos de flexibilização e precarização que marcam tal época em todo o mundo. Entretanto, ao analisar seus conteúdos e suas naturezas, mesmo que mundializados percebe-se que eles apresentam especificidades nacionais, regionais e setoriais.”(DRUCK & FRANCO, 2007, p.7).

E, ainda sobre esse novo modelo de produção, o toyotismo, onde a flexibilização é sua marca, Carneiro(2002), assim ressalta.

Com a flexibilização da atividade produtiva⁷ são visíveis àquelas mudanças no mundo do trabalho em termos de novos meios e organização do trabalho, novas propostas de contrato, subcontratação, terceirização, uma nova disciplina(“autonomia” e diversas atribuições ao trabalhador), bem como uma nova ideologia(gerência participativa, cooperação, associação, solidariedade). Destaca-se o fenômeno da polivalência do trabalhador(realização de múltiplas tarefas a partir da combinação de funções intelectuais com atividades simples), bem como a organização horizontal da atividade(CARNEIRO, 2002, p .39-40).

Tavares(2004) no que se refere à flexibilização e as mudanças no mundo do trabalho, ressalta que:

A flexibilização munuiu o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair a mais-valia, median-te relações informais que se

5 O just in time refere-se a uma técnica de redução de estoque, a produção é orientada pela demanda e o controle de qualidade é realizado pelos trabalhadores que a produzem.

6 Kan Ban se constitui um conjunto de placas que indicam o que fazer, na verdade, de acordo com Gounet”e uma senha de comando” (1999, p.27), ele alimenta o sistema just in time.

7 [...]O processo de acumulação flexível expressa um movimento de reorganização da produção capitalista definida pela demanda- a economia de escopo. (GOUNET, 1999).

verificam na pequena empresa, no trabalho autônomo, no trabalho domiciliar, nas cooperativas, etc. com o que se amplia o domínio do trabalho abstrato[...] . Sob a égide da flexibilização, a relação capital-trabalho pode sofrer quaisquer mudanças formais, desde que sejam funcionais à lei do valor, determinação universal que ilumina todas as expressões singulares da dinâmica capitalista (TAVARES, 2004, p.78, 81-2).

Ao trabalhador é requisitado um maior envolvimento, deve se envolver de maneira ideológica e materialmente no processo de trabalho. Para isso, o capital terá que enfrentar toda uma obstacularização do trabalhador, daí a ofensiva contra a organização sindical e qualquer forma legal de proteger esse trabalhador; além da investida em persuasão, e na busca da cooperação e solidariedade das “parcerias” trabalhador/empresa.

Dentro dessa nova forma de organização da produção e do processo de trabalho, onde se dá o controle subjetivo do trabalhador, veremos o que afirma Previtali(2011).

Quanto mais motivado e envolvido ele(o trabalhador) estiver com os objetivos da empresa, maiores as possibilidades de ocorrência de pequenas mudanças operacionais que impactarão de forma significativa na redução de custos [...] Dessa forma, as empresas almejam o controle sobre a capacidade de produção subjetiva, cognitiva, e sua aplicação no processo de inovação(PREVITALI, 2011, p.36).

Com relação às modificações no mundo do trabalho, Antunes, assim afirma:

Já se tornou lugar-comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais como no Brasil. Sabemos que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2007, p. 13).

A precariedade do trabalho envolve diversos aspectos dentre os quais: o descumprimento das normas legais ou acordadas em relação às condições de trabalho, com a eliminação dos direitos trabalhistas e sociais, efetivando assim, um modo de produção essencialmente destrutivo que se baseia na terceirização do trabalho, no trabalho parcial, e precário. Ressalta-se que a ênfase na terceirização é importante para o patronato porque dificulta a organização sindical, ocorrendo fragmentação, fragilização dos sindicatos, em decorrência do tratamento individualizado das questões referentes ao salário, à jornada de trabalho e ao desemprego. Ou seja, o mercado exige dos trabalhadores um comportamento mais flexível; em contrapartida, está implícito que a busca da flexibilidade produziu novas estruturas de poder e controle ao invés de proporcionar as condições que os libertariam.

Com relação à nova tônica, no que se refere à alienação do trabalhador no processo de trabalho, forma implícita e sutil do poder e controle do capital sobre o trabalho, veremos o que afirma Carneiro(2002)

A aceitação dos trabalhadores a este ideário de cooperação/ associação se constitui em função do reconhecimento, ainda que de forma contraditória, da

complexidade estrutural da crise do capital e da necessidade de intervirem sobre ela. o “associado”, o “cooperado” incorpora a idéia de que o sistema ao qual está integrado é tão seu quanto daqueles que detêm o comando do capital. A sutileza de tal relação, metamorfoseada pela idéia de cooperação que também é peculiar ao ideário socialista, se objetiva no trabalho, tornando os antagonismos entre as classes aparentemente tênues (CARNEIRO, 2002, p.42).

A esse contexto acrescentam-se, as políticas macroeconômicas que exigem das economias mundiais periféricas taxas de crescimento econômico complicando o quadro de desemprego, com a convivência de relações duais e ambíguas, de forma que ocorrem expansão dos empregos informais e o setor de serviços.

O impacto das mudanças relativas aos processos produtivos tem rebatimentos diretos no mercado de trabalho, com uma progressiva e crescente desregulamentação, processo que têm oportunizado a redução do trabalho formal e o aumento do trabalho temporário, terceirizado e em tempo parcial. Elementos que reforçam a análise sobre a precariedade do trabalho, marcada pelas constantes investidas nos direitos conquistados pelos trabalhadores, materializada na desregulamentação das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho e na expansão da terceirização. Aliado a isso, ainda tem-se alta taxa de desemprego, diminuição do trabalho assalariado, fragmentação e desqualificação do trabalho e crescente deslocamento de postos de trabalho para a informalidade, baixos salários e expansão do trabalho temporário. No toyotismo são destruídas as habilidades à sua volta originando qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades, o que possibilita a divisão entre os próprios trabalhadores relacionada a seus conhecimentos. Dessa forma, são formados grupos de trabalhadores: de um lado, um pequeno e seletivo, altamente qualificado, e, de outro, um expressivo grupo pouco qualificado.

Diante desse cenário, é muito significativa a citação de Mészáros (2002) sobre o padrão do desemprego existente na atualidade:

O problema já não é apenas o sofrimento dos trabalhadores sem qualificação, mas também o de um grande número de *trabalhadores qualificados* que, junto com o exército de desempregados, disputam o número desesperadamente pequeno de empregos disponíveis[...] E, mais importante de tudo, a ação humana que se encontra no lado dos que sofrem as conseqüências já não é constituída pela multidão socialmente impotente, apática e fragmentada de pessoas “desprivilegiadas”, mas por todas as categorias de trabalhadores, qualificados ou sem qualificação: ou seja, objetivamente o *total da força de trabalho da sociedade* (MÉSZAROS, 2011, p.322-3).

Nesse cenário, há um crescente contingente populacional de trabalhadores que convive com a super-exploração de sua força de trabalho e a redução em seus salários em que “a mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação e do trabalho temporário”. Acrescenta-se, também, o aumento do trabalho feminino, infantil e das minorias. Aliado ao fato das modificações na estrutura de gestão, com as inúmeras formas de autogestão [...]” que tem se configurado em novas formas de segregação e precarização do trabalho” (SILVA, 2007, p.153). É o que se configura as cooperativas de trabalho, com o trabalho terceirizado, que também tem sido utilizado como meio de flexibilização e precarização do trabalho. De acordo com Tavares (2004) “a cooperativa de trabalho, por sua vez, em princípio, só tem força de trabalho para vender”.

Com relação às cooperativas e as formas de trabalho, continua Tavares (2004)

As regras jurídicas para o funcionamento da cooperativa, como qualquer outra forma de trabalho, são mediadoras da relação capital-trabalho. Seja qual for a forma pela qual os trabalhadores se reúnam para se reproduzirem enquanto força de trabalho, acima deles estará o capital[...] e, não há como fugir dessa determinação porque o capitalismo não coexistiria com outra forma de organização com a qual tivesse que compartilhar poder(TAVARES, 2004, p. 74).

Percebemos que quaisquer que sejam as formas de organização do trabalho, o capital está à frente, para não permitir a perda da extração da mais-valia que na contemporaneidade se coloca com a exploração da força de trabalho de forma dissimulada. A terceirização tornou-se campo fértil para a flexibilização dos custos da mão-de-obra através da redução ou eliminação dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ocasionando a redução dos salários e a precarização das relações trabalhistas; bem como o aumento na informalização do trabalho, na rotatividade de mão-de-obra e na desigualdade salarial. A decorrente precarização nas relações de trabalho acontece, sobretudo, devido ao grande percentual de trabalhadores vinculados as prestadoras de serviços e empresas de trabalho temporário sem compromisso com o cumprimento da lei. Além disso, as terceirizações ilegais remetem a outras irregularidades, como o descumprimento de normas de saúde e segurança.

Desse modo, fica claro que o objetivo central do capital, com o aval dos governos neoliberais, é flexibilizar os direitos do trabalhador. Há, portanto, um evidente retrocesso nas relações de trabalho, em que os sindicatos fragilizados (ainda mais) não conseguem resistir à pressão do patronato.

Diante disso, o que se percebe é a fragmentação da classe trabalhadora, redução do trabalho regular e aumento crescente do trabalho precarizado parcial, temporário, subcontratado e terceirizado; bem como, o surgimento do desemprego estrutural. E no tocante à organização dos trabalhadores, o que há, é o desestímulo à organização sindical e à luta política, baixa solidariedade entre os trabalhadores, perda da consciência de classe para si, acirramento da competitividade, entre outros. O capital para legitimar as formas de exploração, propaga que, com a pequena e micro empresa e outras formas de trabalho supostamente autônomas, o trabalho assalariado tende a ser abolido. No entanto, o trabalhador se transforma em patrão, mas longe de ser um capitalista. A exploração e a precarização do trabalho continua, sendo somente obscurecida, escamoteada, através da ideologia da autonomia.

Com o processo de globalização, os estados nacionais têm que se adaptar à nova ordem internacional para garantir a sobrevivência de suas economias. Dessa forma, prioritariamente, são alterados os ordenamentos jurídicos internos, a flexibilização dos direitos e a desregulamentação das normas trabalhistas, além das demais transformações nos processos de trabalho e de gestão, que afetam a classe trabalhadora como vimos ao longo do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que o capitalismo, ao longo da sua história, sempre se utilizou de diversos mecanismos de exploração do trabalho para os seus propósitos de acumulação. E, que coloca em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços fundamentais de exploração, dominação e alienação. O mercado exige dos trabalhadores um comportamento mais flexível; em contrapartida, está implícito que a busca da flexibilidade produziu novas estruturas de poder e controle ao invés de proporcionar as condições que os libertariam. O Estado, complementar ao capital exerce função social de apoio ao mercado, de maneira que direciona sua intervenção para a garantia dos superlucros do capital.

Constatamos que nas formas contemporâneas de organização da produção capitalista, ocorrem a desregulamentação do mercado de trabalho, que serve de caminho para a flexibilização dos contratos,

redução do poder sindical, retirada de direitos, corte de salários e substituição de custos empresariais por benefícios públicos na qualificação da mão-de-obra. A terceirização e a subcontratação, como rotatividade nos empregos tidos como secundários, trazem também a instabilidade nos contratos de trabalho. As novas ocupações – como de natureza atípica, por tempo parcial e por trabalho em casa – têm resultado na intensificação do uso da mão-de-obra e na precariedade do mercado de trabalho.

Dessa maneira, julgamos pertinente ressaltar que a adoção dessas estratégias de precarização do trabalho, entre elas a terceirização, refletem a necessidade constante do capitalismo de obter lucros, mediante a fragmentação dos trabalhadores e destruição das conquistas trabalhistas. E mais, na medida em que segmenta trabalhadores terceirizados e os não terceirizados, faz surgir sentimentos de diferenciação e segregação, proporcionando, desse modo, que a reestruturação produtiva alcance seu objetivo: o domínio total sobre os trabalhadores, de maneira que eles não tomem consciência de que são explorados e oprimidos, e que seus direitos são dioturnamente atacados visando a sua destruição. Aliadas as diversas formas de organização do processo e controle do capital sobre o trabalho (subordinação integral do trabalho ao capital) que, remetem às formas de trabalhos anteriores na sociedade, são concretizadas nos dias atuais de maneira mais “atualizada” e precarizada. Portanto, os caminhos tomados pela lógica capitalista, que sempre privilegiou o capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores, tornam mais graves os problemas sociais, políticos e econômicos, até degradando a própria existência humana.

No entanto, cremos que atualmente, apesar da reestruturação produtiva e suas consequências no mundo do trabalho, na diminuição de postos de trabalho e no aumento da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo, o trabalho mantém sua centralidade na sociedade, sendo determinante na estruturação das relações sociais. Concluimos com a afirmação de Tavares(2004).

É preciso, pois, estar atento às estratégias que, por um lado, são utilizadas pelo capital, para se manter como forma social dominante, e , por outro, para mascarar esse objetivo, porque embora a tarefa do capital não seja o desenvolvimento humano, seus representantes buscam sempre mecanismos de legitimação(TAVARES,2004,p.99)

Percebemos que na sociedade capitalista a busca incessante pelo lucro desumaniza as relações sociais e a partir daí o mais importante é a extração da mais-valia, e como forma de se legitimar a classe dominante, representada pelo capitlaista, buscam diversas formas de escamotear e mascarar a forma desumana com que perseguem esse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização, orgs Graça Druck ...[et.al.] São Paulo: Boitempo, 2007.

CARNEIRO, R. M. de S. Compromisso entre Capital e trabalho na flexibilidade produtiva: Consentimento ou conquista do Trabalho? in. Serviço Social: temas em debate/organizadores: Rosa Prédes...[et al.] Maceió: EDUFAL, 2002.

_____. Estratégias de controle na produção capitalista: considerações teóricas. Trabalho apresentado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, acesso www.google.com em 12.01.13.

DRUCK, G. & FRANCO, T. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

LESSA, S. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. 2ª ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. O Capital. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Vol. I. Tomo I. Cap. V. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉZSAROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

PREVITALI, F. S. Aspectos teóricos e estudos empíricos setoriais in. O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital. orgs Afonso Celso Caldeira Scocuglia [et al.] Curitiba,PR: CRV, 2011

SILVA, S. C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia ? in. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, G. & FRANCO, T. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUZA, R. M. de. Controle capitalista e reestruturação produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade- PBQP. Maceió: EDUFAL, 2011.

SCOCUGLIA, A. [et al.] (orgs.) O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital. Curitiba, PR: CRV, 2011.

TAVARES, M.A. Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.